

doi:10.20396/rbest.v1i0.12558

## ARTIGO

# Distribuição de renda na América Latina em perspectiva histórica

*Fernando Augusto Mansor de Mattos\**

### Resumo

Este artigo procura compreender o recente processo de redução da pobreza e da desigualdade econômica nos principais países da América Latina nos anos 2000. O estudo chama a atenção para duas especificidades da região: ao mesmo tempo em que reúne os países mais desiguais do mundo, também concentra as poucas nações que conseguiram obter redução da desigualdade de renda nos anos 2000. O artigo está dividido em quatro seções, nas quais são ressaltadas as especificidades dos países da região, no que se refere à questão da distribuição de renda, em comparação internacional. Nas seções seguintes, são discutidos aspectos histórico/estruturais e institucionais que explicam a elevada desigualdade do continente e também permitem a compreensão da natureza da reversão dos indicadores de pobreza e desigualdade a partir de 2014, quando o boom de commodities mostrava sinais de esgotamento. As conclusões destacam a necessidade de manter políticas que levem ao crescimento econômico e que sejam acompanhadas de políticas públicas de enfrentamento da desigualdade de renda e da pobreza.

**Palavras-chave:** América Latina; Desigualdade econômica; Distribuição de renda.

**JEL:** B59, I32, J31, N36, O54.

\* Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1196-3246>  
E-mail: fermatt1@hotmail.com



## Historical perspective on income distribution in Latin America

### Abstract

This article seeks to understand the recent process of reduction of poverty and economic inequality in the main countries of Latin America in the 2000s. The study draws attention to two specificities of the region: at the same time that it gathers the most unequal countries in the world, the region also concentrates the few nations that were able to achieve a decrease in income inequality in the 2000s. The article is divided into four sections, which highlight the specificities of the countries of the region regarding the issue of income distribution, in an international comparison. The following sections discuss historical/structural and institutional aspects that explain the continent's high inequality and also allow us to understand the nature of the reversal of poverty and inequality indicators from 2014 on, when the commodity boom showed signs of exhaustion. The conclusions highlight the necessity of maintaining policies that lead to economic growth, and that they should be accompanied by public policies to face the problem of income inequality and poverty.

**Keywords:** Latin America; Economic inequality; Income distribution.

## Distribución del ingreso en América Latina en perspectiva histórica

### Resumen

Este artículo busca comprender el reciente proceso de reducción de la pobreza y de la desigualdad económica en los principales países de América latina en los años 2000. El estudio llama la atención para dos especificidades de la región: al mismo tiempo que reúne los países más desiguales del mundo, también concentra a las pocas naciones que consiguieron obtener reducciones de la desigualdad de ingresos en los años 2000. El artículo está dividido en cuatro secciones en las cuales son resaltadas las especificidades de los países de la región, en lo que se refiere a la cuestión de la distribución del ingreso, en comparación internacional. En las secciones siguientes son discutidos aspectos históricos/estructurales e institucionales que explican la elevada desigualdad del continente, y que también permiten la comprensión de la naturaleza de la reversión de los indicadores de pobreza y desigualdad a partir del 2014, cuando el boom de los commodities mostraba señales de agotamiento. Las conclusiones destacan la necesidad de mantener políticas que aumenten el crecimiento económico, y que sean acompañadas de políticas públicas que enfrenten la desigualdad de ingreso y de la pobreza.

**Palabras clave:** América Latina; Desigualdad económica; Distribución del ingreso.

## Répartition des revenus en Amérique latine dans une perspective historique

### Résumé

Cet article cherche à comprendre le processus récent de réduction de la pauvreté et des inégalités économiques dans les principaux pays d'Amérique latine dans les années 2000. L'étude attire l'attention sur deux spécificités de la région. En même temps qu'elle rassemble les pays les plus inégaux du monde, la région concentre également quelques nations qui ont réussi à réduire les inégalités de revenus dans les années 2000. L'article est divisé en quatre sections, mettant en évidence les spécificités des pays de la région en ce qui concerne la question de la répartition des revenus, en comparaison internationale. Les sections suivantes traitent des aspects historiques/structurels et institutionnels qui expliquent la grande inégalité du continent et nous permettent également de comprendre la nature du renversement des indicateurs de pauvreté et d'inégalité de 2014, lorsque des produits de base ont montré des signes d'épuisement. Les conclusions soulignent la nécessité de maintenir des politiques qui conduisent à la croissance économique, accompagnées de politiques publiques visant à lutter contre l'inégalité des revenus et la pauvreté.

**Mots clés:** Amérique Latine; Inégalité économique; Répartition des revenus.

## Introdução

Dados recentemente divulgados pela Cepal (2018) revelam que, entre 2014 e 2018, no conjunto dos dezoito maiores países da América Latina, o número de pessoas em situação de pobreza subiu de 164 milhões para 182 milhões (o equivalente a 27,8% e 29, % da população total destes países). No que se refere à extrema pobreza, houve um salto, no mesmo período, de 46 para 63 milhões de pessoas (de 7,8% para 10,2% da população). O estudo mostra que ambos os indicadores começaram a ser revertidos a partir de 2014, à medida que as economias nacionais da região foram sofrendo processos de desaceleração ou entraram mesmo em situação de recessão econômica, como foi o caso do Brasil. Estes dados ilustram o tamanho da reversão da trajetória que havia acontecido entre 2002 e 2014;<sup>1</sup> da mesma forma, o estudo adverte que, a partir de 2014, os índices de desigualdade de renda, que vinham melhorando continuamente desde o início dos anos 2000, também voltaram a piorar.

Estes dados demonstram o tamanho do desafio que se coloca para o enfrentamento da desigualdade econômica e da redução da pobreza no continente. Os números servem como um alerta para a necessidade de que as economias da região mantenham trajetórias de crescimento econômico e robusteçam suas políticas públicas, adequando-as às crescentes demandas sociais de uma região marcada por raízes histórico-estruturais de desigualdade e pobreza.

O que a realidade recente explicita é que bastaram poucos anos de desaceleração da economia latino-americana para que os indicadores de distribuição de renda e de pobreza ou estagnassem ou mesmo se revertissem, dependendo do país em questão, após pouco mais de uma década em que o continente se mostrou como uma exceção, em comparação com outros países do mundo, no que se refere à trajetória da desigualdade.

A excepcionalidade da América Latina reside não apenas no fato de ter sido o único continente a abrigar países que, nos anos 2000 – e mesmo depois dos rescaldos da crise do subprime, deflagrado em setembro de 2008 –, tiveram redução em indicadores sintéticos de distribuição de renda, como o índice de Gini, por exemplo. A singularidade da América Latina também se mostra no fato de que reúne os países mais desiguais do mundo, embora não seja

---

<sup>1</sup> A trajetória dos indicadores entre 2002 e 2014 indicam, respectivamente, queda do percentual da população em situação de pobreza e de extrema pobreza de 44,5% para 27,8% e de 11,2% para 7,8%. No referido período, houve uma redução de cerca de 62 milhões de pessoas em situação de pobreza e de cerca de 11 milhões em situação de extrema pobreza. Ou seja, bastaram quatro anos de desaceleração econômica ou de recessão aberta, dependendo do país em consideração, para que cerca de 30% do número de pessoas que havia saído da situação de pobreza entre 2002 e 2014, voltassem a esta condição entre 2014 e 2018 (18 milhões em 62 milhões), enquanto a situação de extrema pobreza aponta, em 2018, patamar cerca de 10,5% superior ao que ocorria em 2002 (63 milhões de pessoas contra 57 milhões) (Cepal, 2018).

o continente mais pobre, conforme alertam estudos como Cepal (2014b) e Gasparini e Lustig (2011). Os fatores histórico-estruturais e institucionais que explicam e reproduzem a elevada desigualdade econômica<sup>2</sup> são tão significativos que, mesmo depois da trajetória de melhoria dos indicadores de distribuição de renda ocorrida nos anos 2000, a desigualdade ainda se encontrava, mesmo antes da piora recente (como a revelada pela Cepal, 2018), em patamar superior ao do final dos anos 1970 na maioria dos países do continente. Deve-se também ponderar que, mesmo com os avanços ocorridos nos anos 2000, o continente ainda concentra a maior parte dos países mais desiguais do mundo, segundo dados do *World Income Database* – ver edição de 2018 do *World Inequality Report* (Chancel, 2018).

Este ensaio se dedica a discutir alguns aspectos estruturais da questão da desigualdade econômica, da pobreza e da distribuição de renda na América Latina, colocando-os sob perspectiva histórica e em comparação internacional. Ele está subdividido em quatro seções, além desta apresentação e de alguns comentários a título de conclusão. A primeira seção apresenta uma breve comparação com a desigualdade reinante em outros continentes e destaca, em poucas palavras, a evolução da contribuição da Cepal para discutir a especificidade da América Latina. A segunda seção chama a atenção para dois dos principais aspectos histórico-estruturais da desigualdade econômica reinante nos países do continente, a saber: a questão fundiária e a questão tributária. A terceira seção discute as dificuldades encontradas nos anos 1980 e 1990, período marcado pela perda do dinamismo econômico que marcou o período, para reverter as trajetórias de deterioração social e de piora dos perfis distributivos herdada do período da industrialização. Na quarta seção são feitos alguns comentários sobre o processo recente de melhoria do perfil distributivo e os desafios para a manutenção desta trajetória.

4

## 1. Desigualdade na América Latina: comparação internacional e especificidades

A Tabela 1 exibe uma comparação entre os graus de desigualdade da distribuição de renda nos diferentes continentes. Seus dados (mediana dos índices de Gini dos países das respectivas regiões) mostram claramente que a América Latina concentra os países de maior desigualdade, mais ainda do que na África, embora este último seja um continente ainda muito mais pobre.

---

<sup>2</sup> É bom não perder de vista o óbvio, ou seja, que a desigualdade na América Latina não é apenas econômica, mas também social e de acesso a serviços públicos, conforme alertam Gasparini e Lustig (2011). Neste ensaio, porém, o enfoque será dado ao aspecto econômico da desigualdade.

**Tabela 1. Coeficientes de Gini medianos por regiões e décadas**

Região	1960s	1970s	1980s	1990s
Leste da Europa	25,1	24,6	25,0	28,9
Sul da Ásia	36,2	33,9	35,0	31,9
OECD e países de alta renda	35,0	34,8	33,2	33,7
Oriente Médio e África do Norte	41,4	41,9	40,5	38,0
Leste Asiático e Pacífico	37,4	39,9	38,7	38,1
África Sub-sahariana	49,9	48,2	43,5	46,9
América Latina	53,2	49,1	49,7	49,3

Fonte: Morley (2001), retirado de Deininger e Squire (1996).

Notas: Os dados referem-se à mediana dos índices de Gini dos países de cada região.

A dimensão da desigualdade latino-americana também pode ser medida, em termos comparativos, pela Tabela 2, que também apresenta indicadores que buscam explicar as razões para a elevada diferença dos respectivos índices de distribuição de renda latino-americanos e os dos países desenvolvidos. O estudo foi elaborado por Hausmann e Gavin, em 1996, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e mencionado por Aghion (2000). O referido trabalho apresentou um exercício econométrico para avaliar a contribuição de diferentes fatores para a diferença obtida entre o índice de desigualdade dos países desenvolvidos e o índice de desigualdade da América Latina. O estudo evidencia dois aspectos muito importantes, em uma análise da desigualdade latino-americana em perspectiva histórica, além de referendar a já conhecida diferença entre os respectivos graus de desigualdade<sup>3</sup> da região em relação aos países desenvolvidos (6,28 contra 2,27).<sup>4</sup> O primeiro aspecto que merece destaque é que metade da diferença entre os respectivos indicadores de desigualdade (vigentes em 1996) devia-se a fatores históricos, ou seja, à desigualdade de renda inicial – expresso na contribuição do que ele chama de “inicial income inequality”. Além disso, seus indicadores informam que cerca de 22,7% da diferença entre os índices deve-se à elevada volatilidade do PIB real no continente latino-americano. Esta volatilidade, conforme sabemos, tem muitas causas, a maior parte delas relacionadas a problemas estruturais da região, marcada por fragilidade da estrutura produtiva e seus desdobramentos sobre a

<sup>3</sup> O índice de desigualdade da Tabela 2 é dado pela razão entre a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais ricos e a parcela apropriada pelos 40% mais pobres, conforme esclarecem Hausmann e Gavin (1996), que também informam que a desigualdade inicial mencionada na tabela é captada entre os anos de 1959 e 1974, dependendo do país em questão.

<sup>4</sup> Estudo mais recente, de autoria de Gasparini e Lustig (2011) destaca que a principal diferença do perfil distributivo da América Latina com o do “resto do mundo” reside na apropriação da renda do estrato dos 10% mais ricos. Segundo os autores, enquanto na América Latina este extrato se apropria de cerca de 45% da renda nacional (média dos países latino-americanos), nos demais países, em média, a apropriação é um pouco menor do que 35%, de tal forma que em todos os oito menores decis de renda a apropriação da renda, na América Latina, é menor do que ocorre no “resto do mundo” (média dos países fora da AL).

instabilidade dos balanços de pagamentos dos países, muito sujeitos às oscilações da ordem financeira internacional das últimas décadas.

**Tabela 2**  
**Diferença entre desigualdade de renda em grupos de países selecionados e contribuições de fatores de impacto**

	Índice de desigualdade	Percentual da diferença
<b>Desigualdade de renda</b>		
América Latina	6,284	
Países desenvolvidos	2,270	
Diferença	4,014	100,0
<b>Fatores de impacto</b>		
Desigualdade de renda inicial	2,047	51,0
Crescimento da renda per capita	0,067	1,7
Inflação média	0,029	0,7
Volatilidade do PIB real	0,912	22,7
Fatores não explicados	0,959	23,9

Fonte: Haussmann e Gavin (1996); extraído de Aghion (2000).

A explicação para a realidade descrita nos dados acima deve ser buscada nas raízes histórico-estruturais da formação dos países do continente e de seus desdobramentos sobre os respectivos processos de industrialização. Para a compreensão destes fatores histórico-estruturais vale resgatar a importância do referencial cepalino original para a análise das especificidades do continente. Da mesma forma, a evolução do pensamento cepalino, mesmo que seja recuperada sucintamente, como será feito a seguir, também é elucidativa para a compreensão das dificuldades do processo de desenvolvimento econômico da região (inclusive a já mencionada volatilidade da variação do PIB real – de fato, uma infeliz característica da região) e de seus impactos sobre o perfil distributivo dos países.

A primeira etapa das formulações da Cepal (fundada em 1948) dedicou-se a reconhecer a necessidade de industrialização e a discutir os mecanismos pelos quais ela deveria ou poderia acontecer. Nos primórdios, o instrumental histórico-estruturalista, com base nos conceitos de sistema centro-perifera e de atraso estrutural nos países latino-americanos, teve o papel de organizar um pensamento original para mostrar a necessidade de se industrializar os países da região, única forma de superar a pobreza e adentrar uma trajetória de desenvolvimento sem depender excessivamente da demanda externa. Esta preocupação industrializante e a compreensão de sua necessidade, na verdade, surgem ainda antes da constituição da Cepal, com a crise de 1929 e seus efeitos sobre as economias da

região. Estas, na sua maior parte, adentram processos poucos articulados, mas relevantes, de ampliação das atividades industriais tendo como fator dinamizador, e gerador de demanda, especialmente no mercado interno, em um contexto de crise financeira internacional e retração do volume do comércio exterior. Não é por acaso que os países que tiveram maior êxito com experiências industrializantes foram aqueles que podiam contar com os mercados internos de maior porte.<sup>5</sup>

Mas foi nos primórdios da Cepal que formulações seminais foram feitas e deram sustentação a um debate organizado sobre a necessidade de industrialização, única forma de a região superar o atraso estrutural em que se encontrava. A contribuição fundamental de Prebisch, principal economista da instituição, residiu na demonstração de que a teoria das vantagens comparativas, que embasava a concepção ortodoxa acerca do funcionamento do comércio internacional e de seus efeitos em termos de desenvolvimento econômico dos países, estava equivocada e não se prestava às necessidades de desenvolvimento da América Latina (Cepal, 1949). Daí a necessidade de industrialização, pois, com especialização em atividades primárias, jamais o continente conseguiria crescer sem esbarrar em problemas de balanço de pagamentos, dada a existência de uma situação estrutural de deterioração dos termos de troca, contra os produtos produzidos nas economias nacionais periféricas da América Latina.<sup>6</sup>

7

---

<sup>5</sup> No caso brasileiro, a formulação de Furtado em FEB se reveste de erudição, originalidade e ponto inicial para debate. O que Furtado chamou de “deslocamento do entro dinâmico” (Furtado, 1959, cap. 32) representou a expansão das atividades industriais tendo então como ponto de dinamismo o mercado interno e não mais o setor externo. As exportações não deixavam de ser importantes, notadamente pelo seu papel de gerar divisas externas, que seriam necessárias, cada vez mais, para o próprio processo de industrialização “por substituição de importações”. No contexto de sua magistral explicação para o papel que a política cambial, a fiscal e o prévio desenvolvimento das forças produtivas, bem como das mudanças políticas que estavam em curso, desde pelo menos os anos 1920, com a ascensão da burguesia industrial (a qual daria sustentação, inclusive, à mudança de regime ocorrida em outubro de 1930), Furtado (1959) comenta que a industrialização teria sido não-intencional. Diversos autores contestaram este argumento (que não era o argumento central de Furtado, mas que seria explorado nos estudos sobre o desenvolvimento industrial brasileiro estimulados pelo trabalho magistral e seminal de Furtado), argumentando que a industrialização fora, sim, intencional, no sentido de que muitas instituições (por “instituições” entenda-se também “aspectos instrumentais” (Fonseca, 2003) da política econômica, além de, obviamente, as leis, órgãos, empresas e autarquias devotadas à industrialização do país) haviam sido criadas, a partir de 1930, com o fito de promover o desenvolvimento e a diversificação industriais. Para maiores detalhes a respeito de trabalhos que defendem a ideia segundo a qual houve intencionalidade da política econômica e da atuação do Estado em favor da Industrialização (Fonseca, 1986; 2014). Para um estudo detalhado sobre a questão, e rico em dados e argumentos que ilustram o esforço industrializante do Estado brasileiro, ver: Alvarenga e Mattos (2015).

<sup>6</sup> O conceito de deterioração dos termos de troca enuncia que a produtividade das atividades industriais dos países centrais crescia mais rapidamente do que a produtividade dos países primário-exportadores da periferia latino-americana; ademais, o comércio internacional não promovia (conforme defendia o princípio das vantagens comparativas) uma repartição equânime destes ganhos pela via dos preços relativos. Pelo contrário, à medida que a renda mundial crescia, tornavam-se mais difíceis, na verdade, as possibilidades de desenvolvimento econômico dos países

Tratava-se, portanto, de empreender esforços e de organizar instituições para que as economias da região deixassem de ser “economias reflexas”, ou seja, economias cujo dinamismo dependia primordialmente da demanda externa.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, conhecidos os primeiros resultados do processo de industrialização por substituição de importações, constatava-se que velhos problemas estavam agora repostos sob novas bases, em contexto de amplo desenvolvimento das forças capitalistas produtivas em âmbito internacional – o que aumentava os desafios, por parte dos latino-americanos, para superar seu atraso absoluto e relativo. É nesse cenário econômico, político e intelectual que Anibal Pinto cunhou a expressão “heterogeneidade estrutural”, que envolvia três dimensões de desigualdade nos países latino-americanos: a heterogeneidade produtiva, a ocupacional e a regional. A heterogeneidade das estruturas produtivas significava a existência de elevadas diferenças de produtividade intra e intersetoriais, bem como ainda enormes distâncias em relação aos países desenvolvidos, por suposto. Esta situação causava também elevada heterogeneidade dos mercados de trabalho, com a convivência de postos de trabalho de altos ou médios salários ao lado de postos de trabalho que, a rigor, representavam “estratégias de sobrevivência” de amplas parcelas de trabalhadores que viviam na informalidade,<sup>7</sup> dado que havia uma evidente desproporção entre o número de postos de trabalho que os setores modernos (intensivos em tecnologia) haviam conseguido criar e a ampla oferta de mão de obra disponível em países que, na maioria dos casos, não havia promovido processos de reformas agrárias (o que contrastava com as experiências históricas dos países desenvolvidos). Por fim, mas não menos importante, o conceito de heterogeneidade estrutural incluía as diferenças regionais de desenvolvimento existentes e/ou promovidas justamente pelo processo de desenvolvimento industrial nos países, como por exemplo no próprio Chile de Anibal Pinto, ou, mais ainda, em países de territórios grandes, como Brasil, Argentina e México.

Todas estas dimensões da heterogeneidade estrutural se traduziam em elevadas desigualdades pessoais da renda e da riqueza. A compreensão do significado do conceito abriria caminho para uma discussão acerca das características do desenvolvimento industrial latino-americano. De todo modo, os estudos dessa segunda fase da Cepal não deixavam de invocar o passado dos países latino-americanos e as características histórico-estruturais da desigualdade socioeconômica.

---

periféricos, pois os ciclos de crescimento da renda interna acabariam abortados por restrições geradas pelos balanços de pagamentos.

<sup>7</sup> Um debate importante também sobre a informalidade se instalou na época, do qual fizeram parte diversos autores cepalinos ou que nesta tradição haviam se formado e que não necessariamente ainda continuavam nas fileiras da Cepal.

Algumas características históricas do desenvolvimento da América Latina são recuperadas na próxima seção, em breves comentários baseados em trabalhos recentes, não necessariamente de autores de origem cepalina.

## **2. Aspectos históricos e institucionais da desigualdade na América Latina: a questão fundiária e a regressividade da política tributária**

Nesta seção são abordados dois fatores importantes que explicam os aspectos históricos e institucionais da desigualdade econômica e social na América Latina: a questão fundiária e a questão tributária.

### **2.1. A questão fundiária e a constituição dos mercados de trabalho**

A contribuição da herança colonial para a desigualdade estrutural que caracteriza os países da América Latina vem, basicamente, da elevada concentração fundiária. Esta, por sua vez, legou aspectos institucionais, econômicos, sociais e políticos aos respectivos processos de industrialização dos diferentes países. No caso da América Latina, a industrialização, ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, não foi acompanhada de melhoria dos perfis distributivos.<sup>8</sup> Pelo contrário. A elevada concentração fundiária está entre os principais elementos que explicam o caótico e acelerado processo de urbanização do continente, contribuindo para a constituição de mercados de trabalho desestruturados, situação potencializada pelo passado escravista de muitos países. Os fatores histórico-institucionais herdados do passado colonial apoiado em estrutura fundiária concentrada tiveram papel decisivo para que o desenvolvimento econômico promovido pela industrialização mantivesse intactos fatores concentradores de renda e de riqueza; desta forma, o que se assistiu foi um continente com os mais elevados graus de desigualdade, embora em contexto de nível de renda não tão baixo, por exemplo, como quase todos os países do continente africano e também alguns do continente asiático. Desta forma, conforme reconhece Frankema (2009), se a expansão da renda ocorrida durante o processo de industrialização tivesse tido pelo menos alguns elementos distributivos, certamente pelo menos o nível de pobreza ainda vigente na América Latina teria sido erradicado. Essa situação – típica do capitalismo tardio da região – contrasta com a dos países desenvolvidos, onde o processo de industrialização foi paulatino e os ganhos de produtividade se espalharam de forma mais homogênea pelos diversos setores de atividade (Pinto, 1970/1998). Portanto, até mesmo autores

---

<sup>8</sup> Ver o clássico trabalho de Kuznets (1955) acerca da experiência de Alemanha, Reino Unido e EUA.

conservadores, como Frankema (2009),<sup>9</sup> ressaltam o papel deletério que a herança colonial teve sobre a concentração da renda, da riqueza e de poder, bem como para mazelas sociais que se perpetuam por séculos.<sup>10</sup>

Vale lembrar que a concentração fundiária persiste até os tempos atuais<sup>11</sup> e, desta forma, continua a promover também uma acentuada desigualdade de renda, inclusive dentro do setor agrícola, notadamente em países de grandes dimensões, fazendo muitas vezes aparecer também uma elevada desigualdade regional.

Esta elevada concentração fundiária, herança do período colonial, constitui-se também em um dos fatores principais para explicar o fato de que nem mesmo alterações importantes ocorridas na ordem internacional e seus efeitos geopolíticos, como a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão dos anos 1930, foram capazes de criar as condições para que o desenvolvimento econômico que a estes episódios se seguiu fosse mais equitativo. Os processos nacionais de desenvolvimento industriais ocorreram sem alterar a essência da herança autoritária e aristocrática que vinha desde a era colonial. O caso brasileiro é um claro exemplo disso. O chamado “deslocamento do centro dinâmico”, para usar novamente a consagrada expressão de Furtado, ao mesmo tempo em que significou o início do processo de industrialização por substituição de importações, ocorreu ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária se manteve intacta, tanto nas regiões mais pobres do país como também na região sudeste, onde ocorreu o cerne da industrialização. Desta forma, contrastando, por exemplo, com o que ocorreu nos processos de industrialização dos EUA e de países europeus ocidentais, a elevada oferta de mão de obra viabilizada pela expansão caótica do processo de urbanização ocorrido no Brasil pressionou os salários de base e criou, assim, as condições para a

10

---

<sup>9</sup> “The institutionalisation of inequality in colonial Latin America was, in principle, a system that legitimised a vertical social order in which exclusive economic and political privileges were combined in the hands of a minority, and in which ethnic background formed the major determinant of social status”. Na seguinte passagem, também: “This chapter introduced the term institutionalisation of inequality to indicate that inequality in colonial Latin America was deeply rooted in the formal and informal rules constituting its social order. Racial and ethnic discrimination was one of the key characteristics of this social order” (Frankema, 2009, p. 31).

<sup>10</sup> Frankema (2009, p. 64) contextualiza a experiência latino-americana de desenvolvimento econômico ao lado de elevada concentração fundiária, quando menciona o contraste que foram os casos, por exemplo, de EUA e Austrália: “The availability of cheap land puts a floor under the wage for agricultural labour”. Em seguida, o autor pontua que: “In Latin America, the settlement patterns were completely different. In first place, land was not made available for settlers, but rather was reserved by the State or given away in large tracts to a fortunate few. To assure a supply of labour at wages low enough to guarantee an exploitable surplus, some countries resorted to slavery, others to a variety of peonagesystems which tied peasants to land”.

<sup>11</sup> Para o caso específico do Brasil, por exemplo, Proni (2017) lembra que dados dos mais recentes Censos Agropecuários do IBGE (1985, 1995 e 2006) revelaram a impressionante magnitude da concentração fundiária no Brasil, medida pelo índice de Gini das propriedades fundiárias, que se situaram, nos Censos mencionados, segundo o autor, sempre acima de 0,850.

constituição de um mercado de trabalho fortemente hierarquizado, com elevados níveis de desigualdade salarial ou de renda do trabalho. A rigor, deve-se falar de renda do trabalho (conceito mais amplo do que o conceito de salário), pois a proporção do trabalho assalariado no conjunto das ocupações, embora tenha crescido expressivamente durante a industrialização, não impediu o que Tokman (2011) chamou de “dominância da economia informal” nos mercados de trabalho. Ou seja, a expansão dos mercados de trabalho urbanos se fez com forte presença do setor informal, o que denota expansão absoluta e mesmo relativa da presença de ocupações de subsistência, convivendo ao lado das ocupações criadas nos segmentos modernos das economias que se industrializavam.<sup>12</sup>

## 2.2. A questão tributária

Outro ponto importante no caso latino-americano é a fragilidade com que as instituições democráticas foram moldadas, problema que persiste até hoje. Um dos elementos desta fragilidade rebate, por exemplo, nas dificuldades que o processo político teve, mesmo ao longo do processo de industrialização, modernização e urbanização das sociedades, de promover sistemas tributários progressivos, contrastando com o que ocorreu nos países desenvolvidos, notadamente nos anos 1950 e 1960, quando estes países construíram sistemas nacionais de Welfare State.

Esta questão da regressividade das políticas tributárias na América Latina está presente em vários estudos, mesmo de autores conservadores, que colocam o desenvolvimento econômico da América Latina em perspectiva histórica. Frankema (2009), por exemplo, reconhece que a distribuição de ativos pode ser alterada pela ação governamental, afetando também o fator distributivo em seus diversos aspectos.

Na América Latina, porém, embora seja exatamente uma região em que, em princípio, políticas tributárias progressivas deveriam ter uma incidência importante, dado que o setor privado gera rendas brutas extremamente desiguais, elas estão pouco presentes. Trata-se do que um dos mais importantes estudiosos dos aspectos históricos da evolução dos perfis distributivos nos países capitalistas, Peter Lindert (1991), batizou de “the Robin Hood paradox”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Esta realidade laboral deu origem a um importante debate sobre a questão da informalidade nos mercados de trabalho de países subdesenvolvidos. Uma resenha do referido debate pode ser encontrada em Mattos e Lima (2015). Sugere-se também consultar o trabalho já clássico de Souza (1980). Ver também o mencionado trabalho-resenha de Tokman (2011).

<sup>13</sup> Veja-se a seguinte citação: “The history of income redistribution through government seems to show a central pattern that may be called the Robin Hood paradox: across time and jurisdictions, redistribution toward the poor is least given where it is most warranted by usual principles of welfare policy. Within a jurisdiction at a point in time officials are mandated to give more tax-based aid to

**Tabela 3****Coefficientes de Gini antes e depois dos impostos e das transferências públicas em dinheiro  
Países selecionados da América Latina: 2011**

País	Renda bruta ou Renda de mercado (A)	Renda bruta + pensões e aposentadorias públicas (B)	Renda disponível + transferências públicas em dinheiro (C)	Relação C/A
Argentina	0,536	0,490	0,484	0,90
Bolívia	0,502	0,493	0,491	0,98
Brasil	0,573	0,528	0,518	0,90
Chile	0,546	0,526	0,510	0,93
Colômbia	0,531	0,537	0,531	1,00
Costa Rica	0,528	0,510	0,503	0,95
Equador	0,481	0,467	0,461	0,96
El Salvador	0,429	0,432	0,430	1,00
México	0,496	0,494	0,484	0,98
Nicarágua	0,465	0,464	0,465	1,00
Panamá	0,532	0,519	0,514	0,97
Paraguai	0,523	0,524	0,523	1,00
Peru	0,482	0,477	0,475	0,99
Rep. Dominicana	0,555	0,555	0,551	0,99
Uruguai	0,449	0,411	0,400	0,89
Venezuela	0,393	0,384	0,384	0,98

Fontes: Cepal. Adaptado pelo autor a partir de Amarante e Jiménez (2016, Cuadro 1, p. 54).

Estudo recente de Amarante e Jiménez (2016) permite traçar um quadro sobre o papel da política tributária e de políticas sociais na redução da desigualdade gerada nos mercados de trabalho. A Tabela 3 mostra que a desigualdade gerada nos mercados de trabalho é muito pouco “corrigida” pela incidência de impostos e pelos efeitos das políticas de transferências públicas de caráter social na maioria dos países.<sup>14</sup> Apenas na Argentina, no Brasil e no Uruguai se pode notar um resultado relevante, expresso pela comparação entre os respectivos Índices de Gini antes e depois da incidência de impostos e transferências, de redução da desigualdade na renda primária. No Chile, na Costa Rica e no México também é

the poor, (a) the poorer they are in absolute terms, (b) the greater the pre-fisc inequality to be redressed and (c) the smaller the likely reduction in labour supply from income guarantee. Yet over time, and across units of government in a given year, the usual patterns is the opposite, with the poor getting less aid the more (a), (b) and (c) hold. It is as if Robin Hood shows up least when needed most” (Lindert, 1991, p. 226).

<sup>14</sup> Para uma análise dos programas de transferência de renda na região, ver Cecchini e Atuesta (2017).

possível verificar alguma “correção” da desigualdade primária (renda bruta), mas, nestes casos, muito mais por efeito exclusivo das transferências do que pela incidência de impostos. De todo modo, é forçoso destacar que a redução da desigualdade (de cerca de 10%, quando ocorre), em alguns dos países selecionados, é expressivamente inferior ao que ocorre nos países desenvolvidos, onde tais indicadores revelam redução em uma faixa que vai de 25% a 45%, como demonstraram estudos recentes (Mattos & Nascimento, 2015; Mattos *et al.*, 2016).<sup>15</sup> Esta comparação entre os casos de países desenvolvidos e países latino-americanos confirma e ilustra o “paradoxo de Robin Hood” definido por Lindert (1991).

Infelizmente, a carência de informações (uma das principais deficiências institucionais dos países latino-americanos) impede que na América Latina se criassem as condições concretas para que o debate sobre a distribuição de renda (Mattos, 2017) incorporasse uma discussão organizada acerca das rendas líquidas de impostos e transferências desde a época da industrialização. Mesmo as informações atualmente disponíveis, como as sistematizadas por Amarante e Jiménez (2016) e mencionadas acima, carecem de maior detalhamento e possibilidades de desagregação. A tradição no debate sobre distribuição de renda nos países desenvolvidos costuma chamar a atenção para o fato de a desigualdade de renda bruta ser bem maior do que a desigualdade calculada sobre a estrutura de rendas líquidas (ou seja, rendas brutas descontadas de impostos e transferências). Tal fato se explica não apenas pela maior disponibilidade de informações estatísticas sobre o tema, mas também por que – notadamente depois do advento de diferentes experiências nacionais de Estados de Bem Estar Social – a adoção de políticas tributárias progressivas foi um fato generalizado.<sup>16</sup>

Os comentários e a definição de Lindert (1991) chamam a atenção para aspectos políticos e institucionais que são muito importantes para o debate sobre a desigualdade socioeconômica e para a configuração dos perfis distributivos. Os dados acima apresentados e a contribuição teórica de Lindert (1991) demonstram a complexidade da questão da desigualdade, mesmo que somente medida e observada sob o aspecto econômico. Ademais, também sugere como é importante avaliar a desigualdade de forma multidimensional, conforme propõe Dedecca (2012), por exemplo. E aponta para a importância de as políticas públicas atuarem no combate às desigualdades – notadamente em sociedades, como as da América Latina, em que os mercados de trabalho (por motivos históricos, políticos e

---

<sup>15</sup> Os compêndios do Luxemburg Income Study são ricos em dados sobre rendas antes e depois dos impostos em países desenvolvidos.

<sup>16</sup> Piketty (2014) resenha estas políticas e seus efeitos sobre a evolução dos perfis nos países desenvolvidos no pós-II GM.

econômicos – todos relacionados à herança escravista e às características dos processos nacionais de industrialização, conforme já mencionamos) são tão pouco estruturados.

O que podemos apreender da contribuição conjunta dos referidos estudos é que o mercado de trabalho é apenas um elemento da desigualdade econômica, e reflete também formas concentradas da estrutura produtiva, ou seja, a heterogeneidade da mesma. Porém, outras formas de geração de fluxos de renda também são importantes para a promoção da desigualdade pessoal e/ou funcional da renda. A concentração da propriedade, por exemplo, é elemento importante para a desigualdade não apenas da riqueza, por óbvio, mas também da renda, pelos fluxos de rendimentos que as diferentes formas de posse de ativos financeiros e não-financeiros geram.

Desta forma, as características estruturais do setor produtivo e do patrimônio acumulado (e de seu perfil) refletem formas de organização da sociedade que remetem também às estruturas de poder que regem as relações capitalistas, a regulação do Trabalho e diversos outros elementos regulatórios e institucionais que definem, em última instância, os critérios de acumulação capitalista e de geração de renda nas sociedades.

Por fim, vale mencionar estudos do Ipea (2009a; 2009b; 2011a; 2011b) e da Oxfam Brasil (2017) sobre o tema, destacando que, no Brasil, os pobres pagam menos impostos, proporcionalmente, do que os ricos. Da mesma forma, Mattos e Nascimento (2015) mostram como é regressiva a estrutura tributária brasileira, pois, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, no Brasil a carga tributária incide especialmente sobre consumo e renda, e muito pouco sobre patrimônio. Mesmo no caso dos impostos sobre renda, a progressividade é muito limitada e, na prática, pouco “corrige” as enormes desigualdades geradas no mercado de trabalho e nas esferas privadas de geração de renda (como as rendas do capital, por exemplo).

14

### **3. Anos 1980 e 1990: falta de dinamismo econômico e estagnação da desigualdade em patamares elevados**

Os anos 1980 e 1990 representam um período de cessação e/ou regressão do processo de industrialização e crescimento econômico que vinham ocorrendo nas décadas anteriores.<sup>17</sup> Cada país teve o seu momento de início de “desindustrialização precoce”,<sup>18</sup> mas em praticamente todos a mesma ocorreu nesse período.

---

<sup>17</sup> Segundo Ocampo, Bastian e Reis (2018), nas décadas de 1960 e 1970 o PIB da América Latina cresceu a uma taxa média anual real de 5,5%.

<sup>18</sup> O conceito de desindustrialização precoce representa uma situação em que a mesma, sob diversos critérios (perda de participação das manufaturas no PIB, ou queda de participação dos empregos

As “décadas perdidas” em termos de crescimento econômico<sup>19</sup> também podem ser consideradas “perdidas” no que se refere à trajetória da distribuição pessoal da renda, segundo Ocampo, Bastian e Reis (2018).<sup>20</sup>

A década de 1980, conforme sabemos, foi a década da crise externa. A herança da dívida externa, a deflagração da inadimplência do México, em fins de 1982, com posterior efeito sobre as negociações das dívidas externas de todos os países da região, incitou uma série de problemas macroeconômicos e sociais cuja discussão não se necessita fazer aqui de forma exaustiva.<sup>21</sup> Em poucas palavras, houve reversão das trajetórias de crescimento que vinham ocorrendo nas décadas do período de industrialização por substituição de importações, com efeitos evidentes sobre os mercados de trabalho dos países. Uma combinação (em cada país com proporções diferentes) entre elevado desemprego e forte ampliação da informalidade das relações de trabalho acabou também sendo acompanhadas de crises fiscais, elevadas taxas de inflação e transferência de recursos reais para o exterior.<sup>22</sup>

Do ponto de vista da evolução dos perfis distributivos, que é o que mais interessa para a discussão deste ensaio, os anos 1980 constituíram um período em que houve forte deterioração dos mesmos, pois conjugaram-se os piores aspectos para a ocorrência do fenômeno: baixo crescimento da renda nacional média, com ampliação da desigualdade (e – pior ainda – a mesma já era elevada, pela herança de séculos).<sup>23</sup>

---

industriais no conjunto da ocupação, por exemplo), ocorre antes que a economia tenha atingido um grau de desenvolvimento de tal forma que a perda de participação industrial não comprometa o futuro crescimento da economia. Para mais detalhes dos conceitos de desindustrialização e de desindustrialização precoce, ver: Mattos (2015); Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012).

<sup>19</sup> Ocampo (2004) lembra que entre 1980 e 1990 houve uma queda média anual de 1,2% do PIB per capita da América Latina (média não-ponderada pelo tamanho das economias). Entre 1990 e 1997, houve um crescimento de 1,9%, mas, entre 1997 e 2002 houve nova queda do mesmo indicador, desta vez igual a 0,3%. No conjunto do período 1990-2002, o crescimento do PIB per capita foi de somente 1,0% ao ano em média. Estes valores contrastam com o que havia acontecido entre 1950 e 1980, quando o crescimento foi de 2,1% ao ano e de 2,7% ao ano se consideramos os pesos relativos de cada economia nacional dentro da região.

<sup>20</sup> Mattos (2017), em retrospectiva sobre o debate sobre distribuição de renda, defende que a década de 1970 é que poderia ser chamada de “perdida” para a questão distributiva, pois o expressivo crescimento do período (e a bonança do cenário externo) criava, em tese, as condições para expressivos aumentos do valor real do salário mínimo – fator fundamental e determinante, na história econômica do Brasil, para a promoção de perfis distributivos menos desiguais. Porém, obviamente as condições políticas daquele período (do “milagre econômico” brasileiro) não eram propícias para políticas de recuperação do valor real do salário mínimo.

<sup>21</sup> Para uma descrição exaustiva de vários casos nacionais, recomenda-se: Cano (1999).

<sup>22</sup> Ver o melhor trabalho sobre este ponto específico: Davidoff Cruz (1983).

<sup>23</sup> O caso brasileiro, por exemplo, é bastante emblemático: a renda per capita, confrontando-se o início e o final da década de 1980, ficou quase estagnada, mas o perfil distributivo se deteriorou, de tal maneira que as rendas dos estratos mais elevados tiveram pequenos ganhos, enquanto as quedas

No final dos anos 1980 ou início dos anos 1990 (dependendo de cada experiência nacional), medidas liberalizantes se instalaram na maioria das economias da região. O cenário de crise econômica e de deterioração da representatividade política (“turbinada” pelo sofrimento imposto à maioria da população pelos diversos processos nacionais de inflação descontrolada) abriram espaço para o discurso e, logo em seguida, para as práticas neoliberais, com destaque para a flexibilização dos mercados de trabalho, para processos de abertura comercial sem cuidado com a concomitante criação de projetos de desenvolvimento industrial, e para medidas de supressão ou pelo menos restrição de Direitos Sociais.

Estudo da Cepal (1994b) resume os principais fatores que afetaram a questão social e em especial o aspecto da distribuição de renda no continente nos anos 1980 e 1990. Na introdução da referida publicação registra-se o alerta que os dados se referem ao ano de 1992 (maior parte dos países) ou anos anteriores, e reúnem informações obtidas de pesquisas domiciliares feitas nos respectivos países.

Este horizonte temporal capta os efeitos da recessão do início dos anos 1990, que atingiu a maior parte dos países, especialmente Argentina (crise política e econômica grave, com quedas expressivas do PIB per capita em 1989 e 1990), Brasil, Equador, Peru, Uruguai e Bolívia, pelo menos (para citar os países mais atingidos). Deve-se também lembrar que o início dos anos 1990 e final dos anos 1980 representam o ponto culminante da chamada “década perdida”, em que a crise da dívida externa promoveu um período de baixo crescimento econômico, queda dos rendimentos reais, inflação crônica, bem como aumento do desemprego e da desigualdade na maioria dos países.

Com relação à evolução da pobreza, Cepal (1994b) comenta que em somente seis países da América Latina houve, no início dos anos 1990, uma significativa redução dos indicadores da mesma, como também da indigência social tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Ou seja, não foi um movimento abrangente em termos geográficos. O estudo destaca, em especial, o caso do Chile, ressaltando que, naquele país andino, o gasto social teve papel importante na redução da pobreza. Como a causa principal do êxito na redução da pobreza, o estudo destaca o crescimento da renda domiciliar, uma vez que houve pequena mudança no perfil da distribuição da renda no período em tela. De todo modo, o mais importante é registrar que o estudo exalta que a elevada desigualdade reinante na região se manteve praticamente inalterada na quase totalidade dos países. Ou seja, naquele momento (início dos anos 1990), a desigualdade econômica não havia sofrido qualquer melhoria nos principais países da América Latina ou no continente como um todo. Os anos iniciais da década de 1990 revelaram pronunciada oscilação do PIB em muitos países, quer seja pelos efeitos

---

de rendas eram maiores justamente nos estratos mais próximos da base da pirâmide distributiva (Mattos, 1994).

advindos do período da inflação alta (ou de aberta hiperinflação), ou, como decorrência de fenômeno que permeou o continente na referida década, também da instabilidade política e do baixo dinamismo da economia em países marcados por mercados de trabalho de elevada (e crescente) informalidade, baixos rendimentos, elevados níveis de pobreza e – importante ressaltar – deficiência no provimento de serviços públicos, situação que acabou sendo adicionalmente deteriorada pela crise fiscal decorrente da perda de dinamismo econômico da década perdida.

Comparando-se o cenário do início dos anos 1980 com o do início dos anos 1990, tema do referido compêndio, observa-se que, na maioria dos países, o percentual de domicílios pobres (e também dos em situação de indigência) era maior, no início dos anos 1990, do que no início dos anos 1980 (Cepal, 1994b, p. 19).

Nos que se refere aos indicadores de mercado de trabalho, o estudo revela que as principais características herdadas do mercado de trabalho já corroído dos anos 1980 foram mantidas ao longo dos primeiros anos da década de 1990, ou, em alguns países e em alguns indicadores, foram agravadas. Por exemplo, a informalidade – uma marca do mercado de trabalho dos países latino-americanos desde sempre – revelou sinais de contínua deterioração no ambiente de recessão do início dos anos 1990. No que se refere ao desemprego, também houve pioras significativas em vários países. No caso brasileiro, por exemplo, isso foi evidente. Nos anos 1980, no Brasil, apesar da magnitude da crise da dívida externa e da perda de dinamismo econômico (especialmente marcante se comparada aos anos de desenvolvimento industrial que se iniciaram em 1930 e persistiriam ainda até o final dos anos 1970), as taxas de desemprego não eram muito altas. O mercado de trabalho se “ajustou” principalmente com perda de valores reais dos rendimentos e com aumento da informalidade. No início dos anos 1990, porém, sem que estes dois indicadores tivessem apresentado qualquer melhora, também a taxa de desemprego aumentou de forma considerável, tornando-se elevada para os padrões até então vigentes.<sup>24</sup>

No que se refere à evolução dos indicadores do perfil de distribuição de renda e de desigualdade, o estudo reconhece que, em alguns países, houve uma pequena reversão ao que vinha ocorrendo ao longo dos anos 1980, mas, mesmo assim, não houve exemplo que mostrasse uma reversão pelo menos aos níveis (então já bastante elevados) do final dos anos 1970. Ou seja, as melhorias dos perfis distributivos foram modestas onde ocorreram e – mais importante para o que estamos aqui discutindo – não houve um processo abrangente de

---

<sup>24</sup> Importante trabalho sobre o período foi elaborado por Baltar (1996), no qual, entre outros pontos que elucidam o efeito da abertura comercial dos anos 1990 e a herança da economia de pouco dinamismo dos anos 1980, o autor mostra que o pós-recessão do início dos anos 1980 gerou mais empregos do que o pós-recessão do início dos anos 1990, notadamente por causa do desempenho diferenciado da indústria em cada período.

aprimoramento do perfil distributivo, que se revelou presente apenas em alguns poucos países do continente. Ou seja, o referido estudo da Cepal (2014b) que se reporta ao cenário do início dos anos 1990 ainda não retratava (nem poderia) um movimento regionalmente abrangente, nem que fosse com dimensões modestas, de redução das desigualdades, contrariamente ao que ocorreria a partir dos anos 2000, com um cenário internacional totalmente diferente e que propiciaria um “boom” nos preços das commodities, que acabaria favorecendo os países do continente – conforme discutido na sessão seguinte.

Cepal (1994b) mostra, portanto, que a desigualdade, quer a medida pelo Índice de Gini, ou pelo tradicional indicador de renda apropriada por estratos (40% mais pobres versus os 10% mais ricos), não revelou importantes mudanças. De todo modo, deve-se ressaltar que houve movimentos contraditórios, pois em alguns países o perfil distributivo melhorou (um pouco), em outros permaneceu praticamente inalterado e houve casos (não em pequena quantidade de países) em que o perfil herdado de anos anteriores ainda se deteriorou ainda mais.

Desta forma, mesmo com a reconquista da estabilidade monetária na quase totalidade dos países (possibilitada pela melhoria no cenário internacional dada pela reabertura dos mercados de crédito externo), os níveis de emprego e a trajetória da renda não melhoraram significativamente, nos anos 1990, em comparação com o que ocorrera nos anos 1980. Da mesma maneira, do ponto de vista da desigualdade de renda, os indicadores não exibiram avanços em relação aos dos anos 1980.

18

#### **4. Anos 2000: redução da desigualdade sem mudanças estruturais**

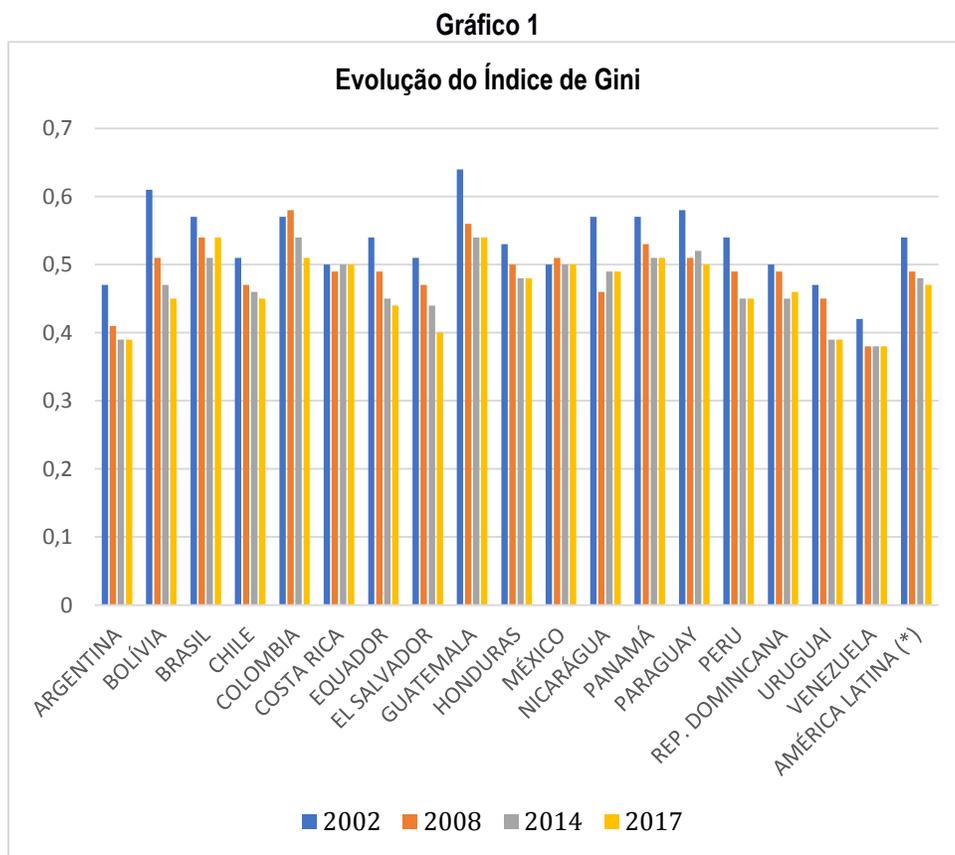
Após duas décadas de estagnação ou regressão econômica, os anos 2000 mostraram uma retomada das economias da região, com efeitos claros sobre os perfis de distribuição de renda, conforme mostra o Gráfico 1. O índice de Gini teve uma queda média na região de 13% entre 2002 e 2014 e de 11% entre 2002 e 2017, pois, entre 2014 e 2017, em alguns países (notadamente no Brasil), houve uma retomada da trajetória da desigualdade. Vários estudos<sup>25</sup> apontam que a inserção pelo mercado de trabalho foi o principal motivo para a melhoria do perfil distributivo, mas as transferências oriundas de políticas sociais e também transferências com pensões/aposentadorias tiveram papel determinante para o resultado explicitado pelos indicadores sintéticos de desigualdade, como é o caso do Índice de Gini. Nesse contexto, também os aumentos reais de salário mínimo

---

<sup>25</sup> A edição número 85 da revista Estudos Avançados da USP, do ano de 2015, reúne diversos artigos que abordam a questão.

tiveram um papel decisivo, notadamente em países em que o salário mínimo também serve como parâmetro ou vínculo para definir os valores das transferências sociais (incluindo as pensões e aposentadorias públicas), como ocorre no Brasil.

Este cenário positivo para os indicadores de desigualdade da renda pessoal foi animado por um contexto de crescimento das economias da região, quase todas em um ritmo mais robusto do que nas décadas de 1980 e 1990.



Fonte: Cepal (2018). Elaboração própria.

O crescimento das economias da região nos anos 2000, medido pela variação real do PIB, foi expressiva, notadamente se comparada com a evolução do PIB nas décadas anteriores (Tabela 4). Claramente, a retomada do crescimento no século XXI veio junto ao êxito das economias em obter a estabilização da inflação. O crescimento do conjunto do período 2003-2014 foi quase o dobro do que ocorrera nos anos 1980; se considerarmos o subperíodo 2003-2007 (antes da deflagração da crise do Lehman Brothers), o crescimento é

bastante expressivo (4,9% ao ano, em média), bem mais do que o dobro dos anos 1980 e quase o dobro do que nos anos 1990.<sup>26</sup>

Vários fatores confluíram em favor dessa trajetória dos respectivos PIBs nacionais. O setor externo teve papel determinante. A mudança de preços relativos, em favor das commodities energéticas e agrícolas, promoveu uma importante melhoria dos termos de troca na região, equivalente a cerca de 36% se o ano de pico (2011) for comparado ao ano de 2000, ou de 68%, se a comparação for entre o ano de pico e o ano mais baixo da série desde a década de 1990, que foi o ano de 1992. Conforme dados da CepalStat, depois de 2011 houve uma queda dos termos de troca, de cerca de 22%, até 2016; entretanto, o indicador, em 2016, ainda se encontrava cerca de 6% acima do patamar de 2004, quando a trajetória de ascensão dos termos de troca tomou impulso.

O expressivo crescimento chinês é a principal explicação para esse fenômeno, embora, conforme alertam Ocampo, Bastian & Reis (2018), a demanda chinesa não tenha impactado de maneira uniforme sobre a região. Outro elemento importante para a retomada do crescimento latino-americano foi a generosa liquidez financeira internacional, o que estimulou tanto o crescimento dos investimentos em portfólio quanto dos “verdadeiros” investimentos, ou seja, os investimentos diretos externos (Ocampo *et al.*, 2018).

A confluência do cenário externo, mais as medidas que, na maioria dos países, foi tomada no sentido de uma ampliação dos gastos sociais (Amarante & Jiménez, 2016), permitiu que houvesse expansão do emprego formal, das demais formas de ocupação e a manutenção de taxas de inflação controladas na maioria dos países, em virtude da valorização cambial.

A desaceleração da queda da desigualdade ilustrada pelo Gráfico 1 reflete a mudança na trajetória do crescimento explicitada pela Tabela 4, onde fica claro que, após a deflagração da crise do subprime, em fins de 2008, e do efeito-contágio que exerceu sobre a economia mundial, houve queda dos preços das commodities e, por razões políticas, também uma forte recessão nas economias do Brasil e da Venezuela, o que deteriorou os indicadores de crescimento do PIB da região.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> De forma bastante apropriada, Ocampo *et al.* (2018) alertam para o fato de que a população crescia a uma taxa média anual de cerca de 2,0% nos anos 1980 e de apenas 1,2% no período 2003-2014 – o que revela que, se for feita uma comparação, entre os períodos, em termos de PIB per capita, os resultados seriam ainda mais dessemelhantes.

<sup>27</sup> Destaque-se que, no subperíodo 2008-2014, a taxa média anual de crescimento do PIB da região foi de 2,8%, pouco superior, apenas, à que caracterizara os “anos do neoliberalismo” (1990-2002), quando foi de 2,6%. De toda forma, aqui também vale a ressalva de que a comparação para o PIB per capita denotaria uma diferença um pouco maior.

**Tabela 4****Crescimento do PIB e variação da inflação**

Variação % média anual não-ponderada pelo tamanho das economias por períodos selecionados

Períodos	PIB	Inflação
1980-1989	2,1%	138,3%
1990-2002	2,6%	103,5%
2003-2014	3,7%	6,5%
2003-2007	4,9%	6,9%
2008-2014	2,8%	6,3%

Fonte: IMF – World Economic Outlook. Extraído de Ocampo, Bastian e Reis (2018).

Ainda existe muito a ser pesquisado sobre a redução da desigualdade de renda nos países latino-americanos nos anos 2000. Não por acaso, os principais compêndios da Cepal, tanto o Panorama Social, quanto diversos estudos elaborados ao longo dos últimos anos, tiveram por tema a questão da desigualdade.<sup>28</sup> Realmente, as mudanças ocorridas nos perfis distributivos foram significativas, notadamente se comparadas ao que vinha ocorrendo nas décadas anteriores. O papel exercido pelas políticas públicas foi muito importante, conforme mostraram diversos artigos e estudos. Na comparação internacional, Ocampo *et al.* (2018) ponderam que, apesar de a região ter crescido menos do que diversas outras áreas em desenvolvimento do mundo, a redução da pobreza na América Latina foi mais expressiva, em termos percentuais, do que no Oriente Médio, no Norte da África ou na África sub-sahariana.

Não se deve perder de vista, tampouco, que, apesar do êxito do papel desempenhado pelas políticas sociais, a forma mais eficaz de inserção social e de redução das desigualdades se fez via aquecimento dos mercados de trabalho. Em uma palavra: emprego. Este alerta está presente em diversos estudos produzidos pela Cepal e também em estudos como o de Sainz (2009).

Na verdade, é preciso uma articulação entre políticas de crescimento econômico e políticas públicas em seus variados aspectos, mesmo em países que, como o próprio caso do Brasil, conseguiram construir, ainda que a duras penas, enfrentando fragilidades históricas (Pochmann, 2004; Pochmann, 2007), mecanismos e instituições que, de alguma forma, geraram proteção social para parcelas significativas da população.

Um entrave para o enfrentamento da questão distributiva (e de outras questões sociais) certamente reside na precariedade do sistema de estatísticas oficiais da maioria dos

<sup>28</sup> Ver, pelo menos: Cepal (2012); Cepal (2014a); Jiménez (2015); Bielschowsky e Torres (2015); Amarante e Arim (2015).

países. Um tema que tem dominado o debate sobre a questão distributiva na literatura internacional é a questão do 1% mais rico das sociedades capitalistas. Na América Latina, infelizmente, excetuando-se o caso do Brasil, não parece haver disponibilidade de dados específicos para este estrato da pirâmide distributiva. Os compêndios da Cepal não trazem informações sobre o 1% mais rico. O estudo da composição da renda e da riqueza dentro desse estrato e a comparação com os demais, abaixo dele, permitiria compreender de forma mais detalhada o que vem ocorrendo nos países da região em termos distributivos. Nos países capitalistas desenvolvidos, a realidade recente mostra que a presença de rendas do capital, ou de rendimentos provenientes dos altíssimos salários pagos a executivos de empresas do setor produtivo e também do setor financeiro, tem aumentado sua participação da composição dos rendimentos totais do 1% mais rico. Nas subdivisões ainda menores desse percentil, gradativamente a presença de rendas do capital, de ativos financeiros, principalmente, vai crescendo à medida que se chega ao topo dos muito ricos. Infelizmente, na América Latina não há estrutura para a produção de informações estatísticas com esse nível de desagregação e detalhamento. Isso debilita não apenas o entendimento do fenômeno da distribuição de renda no continente, mas também impede que a existência de dados e estatísticas mais acuradas pudessem ser usados para auxiliar o desenho de políticas econômicas e de políticas públicas mais adequadas para o enfrentamento do problema.

O debate sobre o 1% abre espaço também para uma discussão de aspectos políticos e institucionais, relacionados ao funcionamento dos Estados Nacionais e dos efeitos das ações estatais sobre o perfil distributivo. A questão tributária, por exemplo, tem um aspecto político muito claro, dado pelas decisões que são tomadas pelo Poder Executivo e/ou pelas leis criadas pelo Poder Legislativo, nos diferentes países.

Por fim, a questão dos juros, provenientes dos estoques de títulos públicos em poder de empresas, de pessoas físicas abastadas ou de conglomerados financeiros, também representa um aspecto importante na questão distributiva, notadamente em países com historicamente altas taxas de juros reais, como é o caso do Brasil. A elevada concentração de riqueza (a riqueza financeira é ainda mais concentrada do que a riqueza denominada em ativos não-financeiros), conforme sabemos, tem um efeito direto sobre a distribuição de rendimentos, notadamente quando se avalia a desigualdade econômica incluindo na análise as rendas obtidas fora do mercado de trabalho.

Os dados que vêm sendo utilizados para avaliar a desigualdade pessoal da renda, nos compêndios da Cepal e na maioria dos estudos sobre os países da América Latina, referem-se a rendimentos do trabalho. As séries históricas são suficientemente longas para que possam ser tiradas muitas conclusões acerca da trajetória da desigualdade econômica nestes países. Deve-se sublinhar, porém, que a complexidade da questão da

desigualdade exige que sua medição (e interpretação) leve em conta rendimentos provenientes de outras fontes. Não é à toa que tenha havido uma profusão de estudos tomando em consideração outras fontes de renda (e não apenas as do trabalho). Não é por outro motivo que o recente livro de Piketty (2014) tenha obtido tanto êxito, tanto no Brasil quanto nos mais diversos países.

A desigualdade, conforme mostra Dedecca (2012), deve ser avaliada cada vez mais sob um ponto de vista multidimensional, que permita que seu entendimento seja feito em toda sua complexidade. Para isto, são necessárias ferramentas para a análise. E a ferramenta dos estudiosos do tema são as estatísticas oficiais geradas pelos Estados Nacionais, não apenas para satisfazer a curiosidade intelectual dos pesquisadores, mas para nortear as políticas públicas e as medidas instrumentais típicas da política econômica, como as políticas tributária, fiscal e cambial. Também o setor privado teria muito a ganhar com a sofisticação de sistemas de informações básicas sobre renda, posse de bens de consumo e oferta de bens e serviços públicos nas sociedades em que atuam. É preciso despertar no setor privado a compreensão para a necessidade de se financiar (via impostos, evidentemente) a criação de mecanismos cada vez mais robustos de produção de dados e estatísticas oficiais que descrevam a realidade econômica e social do país.

Ainda há muito o que avançar, na América Latina, no combate às desigualdades, em suas mais diversas formas de manifestações. Um dos avanços de que se necessita reside na criação de uma consciência coletiva acerca da importância da ampliação da qualidade e abrangência das bases de dados e informações públicas que auxiliem na compreensão do fenômeno da desigualdade, em todos os seus aspectos e dimensões.

23

## Conclusão

A questão do desenvolvimento econômico e, em especial, o tema da desigualdade, são elementos constitutivos das principais discussões econômicas sobre a América Latina desde sua Independência. Bértola e Ocampo (2015), em estudo que procura abarcar todo o longo período de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, pontuam que a desigualdade existe desde os tempos coloniais e não se “limitava” a aspectos econômicos. Havia uma pronunciada desigualdade social e também de direitos civis, uma vez que a população de origem étnica europeia (branca) era minoritária e somente ela tinha acesso pleno aos direitos.

Os primeiros resultados do processo de industrialização deram origem a um debate mais organizado a respeito da questão da pobreza e da desigualdade econômica. O

instrumental analítico proposto pela Cepal teve papel decisivo para a criação de categorias de análise e a elaboração de estudos sobre o desenvolvimento econômico e a desigualdade, definida pelo conceito de heterogeneidade estrutural. Ela se tornou o principal centro de referência para estudos e formação de conceitos para debater a especificidade dos problemas econômicos e sociais na região.

Nos anos 2000, a melhoria nos indicadores de pobreza e de distribuição de renda promoveram a produção de uma série de estudos sobre o tema. Também nos compêndios anuais da instituição, como o Panorama Social da América Latina, é possível perceber a crescente preocupação com o assunto. De fato, depois de décadas de estagnação econômica e de piora e/ou manutenção, em níveis elevados, dos indicadores de desigualdade e de pobreza, os resultados exibidos já no início do século XXI pareciam que a região adentraria um período de notável transformação. E, de fato, comparando-se com o que havia ocorrido nos anos 1980 e 1990, o cenário mostrava-se alvissareiro. O que se viu, porém, foi que grande parte dos avanços obtidos se deveu, em primeiro lugar, a uma inédita melhoria do cenário externo, com impacto importante nos indicadores dos termos de troca nos mercados internacionais, que favoreceram os países exportadores de commodities, como os da região. Estudos recentes que se debruçaram na discussão sobre a natureza das transformações econômicas no período têm ponderado, porém, que, embora os resultados da economia latino-americana dos anos 2000 tenham sido de fato mais profícuos do que os das duas décadas finais do século XX, não se poderia afirmar que a região venha exibindo um desempenho destacado em comparação com as demais regiões subdesenvolvidas do mundo (Ocampo *et al.*, 2018). Este é um tema a ser debatido em futuros esforços de pesquisa, certamente, mas fica aqui registrado um alerta importante. Provavelmente, será preciso ampliar também a discussão e os estudos para o entendimento de como os países latino-americanos haviam se preparado, entre final dos anos 1970 e início dos anos 1980, para se inserir na globalização financeira e comercial que marcou a ordem financeira internacional desde o fim do regime definido em Bretton Woods, no pós-segunda guerra. Há muitos estudos que mostraram, por exemplo, que o desempenho dos países asiáticos (notadamente a China, mas não somente ela) foi nitidamente superior ao de países do nosso continente. Provavelmente, esta trajetória iniciada nos anos 1980 tenha sido também determinante para os respectivos desempenhos das diferentes regiões do planeta quando do advento do boom de commodities dos anos 2000.

O que já é possível perceber, passada a justificável euforia que se instalou nos primeiros anos do século XXI, é que os países da América Latina não criaram condições concretas para promoverem mudanças estruturais que pudesse tornar o crescimento econômico e do mercado interno menos dependentes do ciclo internacional de negócios, ou, em especial, dos preços das commodities. Mattos e Carcanholo (2012) já alertavam que a

ascensão chinesa havia promovido efeitos contraditórios para as economias latino-americanas. Se, por um lado, criava demanda externa para as exportações dos países da região (de tal maneira que, em menos de vinte anos, a China tornou-se a principal ou, pelo menos, a segunda parceira comercial para a maioria dos países da região, sendo que, em relação a alguns deles, não estava nem entre as dez principais parceiras nos anos 1980 e início dos anos 1990), que permitiram expansão da renda e do emprego na maioria deles, por outro lado o dinamismo das exportações chinesas tomava mercados de empresas latino-americanas (notadamente as do setor manufatureiro) em seus respectivos países de origem e também promoviam uma queda de exportações de manufaturados latino-americanos dentro da própria região. Em poucas palavras: a natureza (bens de consumo duráveis e também bens de capitais), a magnitude e a velocidade do crescimento das exportações chinesas promoviam um deslocamento de exportações de diversos países latino-americanos também para terceiros mercados dentro do próprio continente. Este último aspecto era particularmente evidente no caso do Brasil, mas afetava também outros países latino-americanos, conforme mostraram Mattos e Carcanholo (2012). Alguns destes resultados já estavam presentes em estudo de Gabriel Palma (2010). Mas este é um terreno que também ainda precisa ser mais explorado, em futuros estudos sobre a natureza da inserção dos países da América Latina no cenário internacional dos anos 2000 e como eles reagiram diante da desaceleração econômica deflagrada pela crise do subprime.

Por fim, vale um registro urgente sobre a questão da Democracia. A experiência histórica do continente demonstra que a Democracia é fundamental para o enfrentamento da desigualdade e de suas mazelas. Somente o crescimento econômico não é suficiente para promover melhorias sociais. Parece que a elite da América Latina não consegue conviver com situações de redução das desigualdades econômica e sociais, mesmo que modestas e conjunturais. Este certamente não é tema exclusivo de economistas. Fica também o registro de que a questão democrática precisa estar na agenda de pesquisas de todos os estudiosos do tema da desigualdade nos próximos anos.

## Referências

Aghion, P. (1998). Inequality and economic growth. In P. Aghion & J. G. Williamson (Eds.), *Growth, inequality and globalization: Theory, history and policy*. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press.

Aghion, P., & Williamson, J. G. (1998). *Growth, inequality and globalization: Theory, history and policy*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

Alvarenga Jr., M., & Mattos, F. A. M. (2015). A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente. *Revista Análise Econômica*, 34(64), 287-315. doi:10.22456/2176-5456.41991

Amarante, V., & Arim, R. (Eds.) (2015). *Desigualdad e informalidad: Un analisis de cinco experiencias latinoamericanas*. Santiago de Chile: Cepal; Naciones Unidas.

Amarante, V., & Jiménez, J. P. (2016) Distribución del ingreso e imposición a las altas rentas en América Latina. *Cuadernos de Economía*, 35(67), 39-73. doi:10.15446/cuad.econ.v35n67.52441

Baltar, P. E. A. (1996). Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, 5(6), 75-111. Recuperado de: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/441/04-Baltar6.pdf>

Bertola, L., & Ocampo, J. L. (2015). *O desenvolvimento econômico da América Latina desde a Independência*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bielschowsky, R., & Torres, M. (Orgs.) (2018). *Desarrollo e igualdad: El pensamiento de la Cepal en su séptimo decênio*. Textos seleccionados del período 2008-2018 (Colección 70 años). Santiago de Chile: Cepal.

Blofield, M. (Ed.) (2011). *The great gap: Inequality and the politics of redistribution in Latin America*. USA: Pennsylvania State University Press.

Cano, W. (1999). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. Unesp.

Cano, W. (2012). A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, 21(n. esp.), 831-851. Recuperado de: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3235/07%20Economia%20e%20Sociedade%20Especial%20Artigo%205.pdf>

Cecchini, S., & Atuesta, B. (2017). Programas de transferencias condicionadas en América Latina y el Caribe: tendencias de cobertura e inversión. [Serie Políticas Sociales n. 224], Cepal. Recuperado de: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41811/1/S1700419\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41811/1/S1700419_es.pdf)

Cepal (1949). *Estudio Económico de América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Cepal (1994). *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Cepal (2012). *Eslabones de la desigualdade: Heterogeneidade estrutural, empleo y protección social*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Cepal (2014a). *Pactos para la igualdad: Hacia un futuro sostenible*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Cepal (2014b). *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Cepal (2018). *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Chancel, L. (Coord.) (2018). *World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab. Executive Summary. Retrieved from: <https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-summary-english.pdf>

Davidoff Cruz, P. (1983). Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In L. G. Belluzzo & R. Coutinho (Orgs.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense.

Dedecca, C. S. (2012). Desigualdade, mas de qual falamos? *Revista de Economia Política*, 32(1), 55-71. doi:10.1590/S0101-31572012000100004

Deininger, K., & Squire, L. (1996). A new data set measuring income inequality. *World Bank Economic Review*, 10(3), 565-591. Retrieved from: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3990058.pdf>

Ferranti, D., Perry, G., Ferreira, F., & Walton, M. (2004). *Inequality in Latin America: breaking with history?* Washington D.C.: World Bank.

Fonseca, P. C. D. (1986). A ortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil. *Ensaio FEE*, 7(1), 125-143. Recuperado de: [http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/a\\_ortodoxia\\_posta\\_em\\_questao\\_a\\_politica\\_economica\\_e\\_a\\_percepcao\\_governamental\\_da\\_crise\\_dos\\_anos\\_30\\_no\\_brasil](http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/a_ortodoxia_posta_em_questao_a_politica_economica_e_a_percepcao_governamental_da_crise_dos_anos_30_no_brasil).

Fonseca, P. C. D. (2003). Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, 23(1), 133-148. Recuperado de: <http://www.rep.org.br/PDF/89-9.PDF>

Fonseca, P. C. D. (2014). *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

Frankema, E. (2009). *Has Latin America always been unequal? A comparative study of ssset and income inequality in the long twentieth century*. Leiden: Brill.

Furtado, C. (1959/1967). *Formação econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Gasparini, L., & Lustig, N. (2011). The rise and fall of income inequality in Latin America. In J. A. Ocampo & J. Rios (Eds.), *The Oxford handbook of Latin American economics*. UK: Oxford University Press.

Grugel, J., & Riggirozzi, P. (2012). Post-neoliberalism in Latin America: Rebuilding and reclaiming the State after crisis. *Development and Change*, 43(1), 1-21. doi:10.1111/j.1467-7660.2011.01746.x

Hausmann, R., & Gavin, M. (1996). Securing stability and growth in a shock-prone region: the policy challenges in Latin America. [IDB Working Paper n. 315], Inter-American Development Bank, Office of the Chief Economist, Washington, D.C. Retrieved from: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Securing-Stability-and-Growth-in-a-Shock-Prone-Region-The-Policy-Challenge-for-Latin-America.pdf>

Ipea (2009a). Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil. [Comunicado da Presidência, n. 22], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Recuperado de: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5297/1/Comunicado\\_n22\\_Receita.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5297/1/Comunicado_n22_Receita.pdf)

Ipea (2009b). Política fiscal e justiça social no Brasil: o caso do IPTU. [Comunicado da Presidência, n. 28], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Recuperado de: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5314/1/Comunicado\\_n28\\_Pol%c3%adtica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5314/1/Comunicado_n28_Pol%c3%adtica.pdf)

Ipea (2011a). Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. [Comunicados do Ipea, n. 75], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Obtido em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203\\_comunicadoipea75.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75.pdf)

Ipea (2011b). Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social. [Comunicados do Ipea, n. 92], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. Recuperado de: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5207/1/Comunicados\\_n92\\_Equidade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5207/1/Comunicados_n92_Equidade.pdf)

Jiménez, J. P. (Ed.) (2015). *Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, 45(1), 1-28. Retrieved from: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1811581.pdf>

Lindert, P. H. (1991). Toward a comparative history of income and wealth inequality. In Y. S. Brenner, H. Kaelbe, & M. Thomas (Eds.), *Income distribution in historical perspective* (pp. 212-231). UK: Cambridge University Press.

Mattos, F. A. M. (1994). *Emprego e distribuição de renda nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: anos 80* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, Brasil. Recuperado de: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286026>

Mattos, F. A. M. (2015). A tragédia da desindustrialização no Brasil. In L. G. M. Belluzzo & P. Z. Bastos (Orgs.). *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff* (pp. 75-82). São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung.

Mattos, F. A. M. (2017). O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista da ABET*, 16(1), 160-189. doi:10.22478/ufpb.1676-4439.2017v16n1.36040

Mattos, F. A. M., & Carcanholo, M. D. (2012). Amenazas y oportunidades del comercio brasileño con China: lecciones para Brasil. *Problemas del Desarrollo*, 43(168), 117-145. Obtenido en: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/28640/26642>

Mattos, F. A. M., & Lima S. S. (2015). Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. *Economia e Sociedade*, 24(2), 293-328. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n2/0104-0618-ecos-24-02-00293.pdf>

Mattos, F. A. M., & Nascimento, N. (2015, dezembro). Aspectos históricos dos efeitos da evolução do salário mínimo, do mercado de trabalho e da estrutura tributária sobre o perfil distributivo brasileiro desde meados do século XX. *Anais do Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. Florianópolis, Brasil, 43. Recuperado de: [https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files\\_I/i3-93e29ecec918cd89d294b2bc5bbfe9be.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i3-93e29ecec918cd89d294b2bc5bbfe9be.pdf)

Morley, S. (2001). *The income distribution problem in Latin America and the Caribbean*. Santiago de Chile: Cepal.

Ocampo, J. A. (2004). Latin America's growth and equity frustrations during structural reforms. *Journal of Economic Perspectives*, 18(2), 67-88. Retrieved from: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3216891.pdf>

Ocampo, J. A., Bastian, E. F., & Reis, M. (2018). The myth of the "Latin American decade". *PSL Quarterly Review*, 71(285), 231-251. Retrieved from: <https://ojs.uniroma1.it/index.php/PSLQuarterlyReview/article/view/14354/14062>

Oreiro, J. L., & Feijó, C. A. (2010). Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2), 219-232. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>

Oxfam Brasil (2017). *A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo: Oxfam.

Palma, J. G. (2010). Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? The economic consequences of a rentier-dominated power structure and a narcissistic ideology. [Cambridge Working Papers in Economics, n. 1030], University of Cambridge. Retrieved from: <https://pdfs.semanticscholar.org/4ede/fa80b0fd2e1ae18580e82982ee234477bd35.pdf>

Pinto, A. (1970/1998). Naturaleza e implicaciones de la "heterogeneidad estructural" de la América Latina. En R. Bielschowsky (Org.) *Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: textos seleccionados* (v. 2, p. 547-567). Santiago: Fondo de Cultura Económica; Cepal. Obtenido en: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/2055>

Pochmann, M. (2007). Segurança social no capitalismo periférico. Algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Nueva Sociedad* (especial em português), outubro, pp. 76-97. Recuperado de: [https://nuso.org/media/articles/downloads/p8-5\\_1.pdf](https://nuso.org/media/articles/downloads/p8-5_1.pdf)

Pochmann, M. (2004). Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18(2), 3-16. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>

Proni, M. W. (2017). Observações sobre a questão social no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, 36, 1-21. Recuperado de: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2018/05/Carta-Social-e-do-Trabalho-36.pdf>

Sainz, J. P. P. (2009). Estado y mercado em América Latina: uma mirada desde las desigualdades. *Nueva Sociedad*, 221, 66-82. Obtenido en: <https://nuso.org/articulo/una-mirada-desde-las-desigualdades/>

Souza, P. R. C. (1980). *A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas* (Tese de doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Recuperado de: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285725/1/Souza\\_PauloRenato\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285725/1/Souza_PauloRenato_D.pdf)

Tokman, V. E. (2011). Employment: the dominance of the informal economy. In J. A. Ocampo & J. Rios (Eds.), *The Oxford handbook of Latin American economics*. UK: Oxford University Press.

Recebido em 27 de maio de 2019

Aprovado em 22 de julho de 2019